

A longa “República das Letras” e o século dos intelectuais: notas para a história das bibliotecas no Ocidente

Débora Dias*

Artículo recibido:
18 de diciembre de 2018

Artículo aceptado:
19 de marzo de 2019

Artículo de revisión

RESUMO

Este artigo se propõe a traçar conexões das metamorfoses da biblioteca no Ocidente com o sonho cosmopolita da “República das Letras” e a emergência da figura do intelectual. Busca-se compreender como e que transformações no mundo do saber se repercutiram nas biblioteca e nas suas concepções mais idealizadas. Com atenção para o caso português, a partir de ampla revisão bibliográfica e do cotejo com fontes, refletiu-se sobre a emergência do conceito de “República das Letras” no campo dos “intelectuais”, bem como acerca de suas conexões com o estudo de bibliotecas. Foi no chamado “Século das Luzes” que se consolidou o ideal enciclopédico do saber, em consórcio com o cosmopolitismo e a luta pela liberdade de crítica. A esta premissa se associou o renovamento das estruturas universitárias

* CHAM- Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores (NOVA FCSH-UAç).
deboradm@gmail.com

europeias e das suas infraestruturas bibliotecárias, o alargamento das redes públicas de leitura, maior “domiciliação” do acesso ao livro e, consequentemente, uma mais extensa propagação de bibliotecas privadas e mais especializadas. A biblioteca concretizou ainda mais a sua vocação totalizadora, mesmo quando se especializou, pois a “democratização” propiciada pela imprensa tornou ainda mais imperativa a necessidade de reunir, não tudo, mas o todo mutável daquilo que importa.

Palavras-chave: História do Livro; Bibliotecas; República das Letras; Intelectuais

La larga “República de las Letras” y el siglo de los intelectuales: notas para la historia de las bibliotecas en Occidente

Débora Dias

RESUMEN

Este artículo se propone crear conexiones entre las metamorfosis de las bibliotecas occidentales acorde con el ideal cosmopolita de formación de una “República de las Letras” y la emergencia de la figura del intelectual. Buscaremos comprender cómo y cuáles transformaciones en el mundo del conocimiento repercutieron en el universo de las bibliotecas así como sobre sus concepciones e idealizaciones esenciales. Enfatizaremos el caso portugués, examinando la amplia revisión bibliográfica y de fuentes generales para reflexionar sobre el concepto de una “República de las Letras” dentro del ambiente intelectual y sus imbricaciones en el estudio de las bibliotecas. Precisamente, a lo largo del “Siglo de las Luces” se consolidó el ideal enciclopédico del saber bajo una acepción cosmopolita junto a la lucha por la libertad de crítica. En este mismo contexto se produjo la renovación de las estructuras universitarias europeas y de sus respectivas infraestructuras bibliotecarias, así como el alargamiento de las redes públicas de lectura, el crecimiento de la “domiciliación” del acceso a los libros y la consecuente propagación de las bibliotecas privadas y especializadas. En este ámbito, la biblioteca intensificó su vocación totalizadora. Aunque se haya especializado, su “democratización” gracias a la prensa hizo imperativa la necesidad de reunir, aunque no todo, sí aquello de esencia mutable que realmente importa.

Palabras clave: Historia del Libro; Bibliotecas; República de las Letras; Intelectuales

The enduring “Republic of Letters” and the century of the intellectuals: notes for a history of libraries in the West

Débora Dias

ABSTRACT

This article aims to trace the connections between the metamorphosis of the library in the West with the cosmopolitan dream of a “Republic of Letters” and the emergence of the figure of the intellectual. As such, it seeks to understand how and which transformations in the realm of knowledge will impact libraries and their more idealized conceptions. By way of an ample bibliographical review and a comparison with printed sources, reflections are made about the emergence of the concept of a “Republic of Letters” in the field of “intellectuals”, and the connections of this to the study of libraries is examined. The encyclopedic ideal of knowledge became consolidated during the so-called *Age of Enlightenment*, in parallel with cosmopolitanism and the fight for freedom of conscience as well as the freedom to criticize. This main idea became associated with the renewal of European universities and their library infrastructures, the expansion of public readership, greater permission to take books home, and a more intense proliferation of private and specialized libraries. The library further materialized its totalizing vein, even while becoming more specialized, since the “democratization” brought about by the press has made it even more imperative to gather together, if not everything, at least the changing totality of what is relevant.

Keywords: History of Book; Libraries; Republic of Letters; Intellectuals

INTRODUÇÃO

Diferente da Antiguidade grega e suas escolas filosóficas, ou da experiência medieval, o homem de ciência do século XVII raramente é um professor. A mudança se operou no seio da Universidade Medieval, criada como uma cooperação entre mestres e alunos e que chegou ao século XIV

determinada pela Igreja de Roma (Pombo, 2011). O saber, antes próximo aos que copiavam os livros, liam e discutiam (*manus-scriptum*), teve que abrir-se ao impacto da emergente cultura tipográfica e ultrapassar o entre-os-muros dos conventos e mosteiros, passando pela Escola Catedral e pela Universidade. Com isto, invadiu novos espaços, servindo-se de outras práticas de comunicação e de novas instituições e sociabilidades. Por sua vez, foi ganhando autonomia, no seio dos letrados, a figura do “cientista”, pois o “homem de ciências é agora um médico, conselheiro da corte, um eclesiástico, um curioso que tem uma fortuna própria ou vive e trabalha sob a proteção de um Mecenas” (Pombo, 2011: 138).

Decretada a falência da *res publica christiana* (vista especialmente em Santo Agostinho pela prevalência do poder espiritual pelo temporal). Paulatinamente, sobretudo com o Humanismo e a Renascença, assiste-se a uma secularização de temáticas e de agentes produtores de cultura e de novos saberes, em particular a partir de um novo paradigma científico, movido pelo espírito crítico e por ideal de verdade comprovada, mesmo quando buscavam apoios e proteções políticas e civis. Os “homens de saber” (*docti, eruditi, savants, Gelehrten*) ou “homens de letras” (*literati, hommes de lettres*) (Burke, 2003: 26) são sábios, eruditos, filósofos espalhados pelo continente. Por vias do autorreconhecimento, formam redes de contatos formais e informais, quer com a criação de sociedades ou academias científicas e literárias, quer com o fomento e quase instituição do papel da Correspondência como veículo privilegiado de debate de ideias e de circulação de informações, favorecido pela melhoria e ampliação dos meios de transporte e comunicação. Criaram-se, assim, espaços “transnacionais” mais amplos, onde os correspondentes permutam reconhecimento, promovem a especialização dos saberes, estimulam o intercâmbio de experiências, livros e notícias, premeiam o mérito, agenciam a promoção de carreiras (Araújo, 2003: 13). Tais aspectos dão voz aos mais isolados, pois também remetem para “um sistema ramificado, distinto do que vigorara no passado, de articulação dos centros e das periferias europeias no concerto, a várias vozes, das Luzes” (Araújo, 2003: 13).

Assim, por seu significado moderno para além das fronteiras francesas, não é aleatório que as expressões “homem de letras” e “sociedade de pessoas de letras” sejam incorporadas e no próprio marco editorial do Iluminismo – a *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres* (1751-1772) de Diderot e d’Alembert. O texto de apresentação do primeiro volume, intitulado “Discours préliminaire des éditeurs (1751)”, explicita os propósitos da *Encyclopédie*. E estes visavam, “tanto quanto possível”, ordenar e correlacionar os conhecimentos humanos, agora sob os auspícios da Razão e do conhecimento útil. O

próprio d’Alembert esclarece os leitores, no *Discours*, que a obra é fruto “de uma sociedade de homens de letras”, creditada pelos que são “conhecidos ou dignos de ser”. Nessa estratégia, os organizadores e editores exibiram suas credências logo na capa do primeiro volume ao indicarem que eram membros de academias e sociedades de Ciências e Belas Letras, espalhadas pela Europa (Berlim, Paris, Londres).

As academias constituíram-se como causas e efeitos de redes de comunicação e de sociabilidades complexas, de vocação cosmopolita e interessadas na promoção e partilha do conhecimento (Mota, 2005: 588; Bots e Waquet, 1994), “comunidades do saber” que tinham origens mais remotas, mas que se difundiram em conceito moderno sob o termo “República das Letras”. A expressão surge pontualmente desde o século XV (*Respublica Litteraria*) tendo alcançado a sua idade de ouro entre 1550 a 1750 (Catroga, 2010; Waquet, 1989). De fato, foi no primeiro quartel do século XVI que cresceu a difusão do termo, utilizado em duas aceções principais. Na primeira, referia-se tanto aos cientistas, quanto ao saber e à gente de letras. Numa segunda, referia-se às comunidades de sábios organizadas sociabilitariamente, definição muito divulgada em fins do século XVII, em consórcio com a luta pela *liberdade de consciência e de crítica* (Catroga, 2010: 16).

A República das Letras formou-se, então, em “um mundo em crise”, já sob o impacto da Reforma Protestante e das lutas religiosas que desembocaram na ascensão e afirmação do Estado absolutista, e anelava reinstaurar um ideal de concórdia, de sabedoria e de saber desinteressado (Masseau, 1994: 18). Nesse sentido, Didier Masseau sublinha que essa comunidade (muitas vezes informal) postulava a existência de uma base de entendimento entre os espíritos divergentes e até mesmo opostos, uma vez que seus membros queiram ouvir o ponto de vista dos seus adversários, conforme as práticas de uma indagação da verdade não escolástica, de acordo com o cultivo da dúvida metódica cartesiana e do método hipotético-dedutivo usado pela nova ciência. Para o autor, o termo “república” satisfazia o sonho de igualdade em um mundo fortemente hierarquizado, dividido pelas desigualdades de fortuna e de *status*, dominado por um sistema piramidal em que cada indivíduo mantém uma relação de obediência com uma autoridade superior. Ao entrar na “República das Letras”, deve-se deixar o dogmatismo à porta e pôr-se entre parênteses a realidade social que não a definida pelo conhecimento e pela busca da verdade (Masseau, 1994: 18-19). Tratava-se, em síntese, de praticar um ideal de comunidade igualizada pelo mérito e baseada no intercâmbio entre pares, ideal ressaltado por Peter Burke ao ponderar que alguns dos seus membros eram, porém, “mais iguais que outros”, havendo “mestres e discípulos, professores e aprendizes, patronos e clientes” (Burke, 2011).

Questão que é vista de modo diferente por Reinhart Koselleck, ao situar a República das Letras dentro de uma perspectiva maior sobre o Estado Absolutista (Koselleck, 1999). Para o homem que se posicionara autônomo face aos detentores de poder político, a República das Letras representara um espaço de liberdade e de crítica, capacidade racional que se desejara separar do Estado, em nome da delimitação entre moral e política, para, também com base nessa separação, estendê-la “de maneira aparentemente neutra até submetê-lo à sua sentença” (Koselleck, 1999: 88).

Como é que essas transformações no mundo do saber (de fundo político-cultural) se repercutiram nas bibliotecas e influenciaram os modelos que chegam até aos dias atuais? Nas metamorfoses da biblioteca e das suas concepções-tipo, interessa sublinhar a sua articulação com um conjunto variado de condicionantes, mormente com: a introdução da tipografia; a predominância dos textos em línguas vernáculas e a sua gradual entrada nos espaços privados e associativos, processo que caminhou a par com uma maior dessacralização da palavra escrita; a constituição de novas tipologias de bibliotecas, entre públicas e particulares; o aumento do reconhecimento da nobilitação pelo mérito e da figura do intelectual, seja como cientista, escritor, publicista, professor e mesmo, num plano mais especializado, como universitário. E estes tópicos, mantendo características locais, é certo, integram-se, porém, no processo mais geral de secularização, uma das linhas estruturantes da consciência moderna (Pereira, 1990). Por outro lado, em termos de suporte comunicativo, não se pode olvidar que o próprio impresso foi compreendido, simultaneamente, não só como objeto, mas também como agente das mudanças que deram corpo aos tempos novos da Modernidade. Se não há livros sem leitores, também logo se percebeu que o livro também cria e faz o leitor.

Nesse artigo, busca-se compreender como e que transformações no mundo do saber se repercutiram nas bibliotecas e nas suas concepções mais idealizadas. Ao mesmo tempo, e com atenção para o caso português, procurou-se abordar o estudo de bibliotecas pessoais concretas, nas suas potencialidades como “fonte” e como “objeto de investigação. Daí que, mesmo tendo no horizonte um panorama mais amplo de estudos “da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal” (Curto, 2003: 11-49), serão destacados aqui casos que dizem de um momento de alargamento dos tipos de bibliotecas privadas e, em especial, da crescente especialização universitária.

A partir de uma revisão bibliográfica, e do cotejo com fontes impressas, articula-se a reflexão sobre a emergência do conceito de “República das Letras” no campo dos “intelectuais”, bem como acerca de suas conexões com o estudo de bibliotecas pessoais, dando uma especial atenção as suas repercussões na cultura portuguesa erudita.

O BIBLIOTECÁRIO, A BIBLIOTECA E A ORDEM ENCICLOPÉDICA

Como antes, a biblioteca continuou ao serviço daqueles que escrevem os livros. Mas não é por acaso que, na conjuntura em análise, a figura do Bibliotecário ganhou mais força como mediador na “República das Letras” (Rosa, 1994), ao construir e dominar, também por meio de um sistema de classificação, um saber que epistemologicamente se dividia e que expandia devido a crescente oferta de publicações. Na tarefa de acumular os progressos do conhecimento consignados em publicações, as Bibliotecas se oferecem como espaço de sociabilidade (mesmo quando são privadas) onde pares se encontram e dialogam, quer estejam próximo ou venham de pontos distantes e espalhados pelo globo, quer sejam contemporâneos ou vindos de outros anos ou séculos, eternizados pela palavra escrita. Nunca até então o *tempo* das Bibliotecas (quer o do calendário, quer o psicológico) foi marcado pela sacralização do seu espaço, como templo do saber.

Mas, se a Enciclopédia quer abrigar todo o saber necessário, condensando o conhecimento de uma biblioteca ideal, ao ser seletiva, ela também é a confissão de uma impossibilidade num conjunto tendencialmente totalizador de livros. Por sua vez, a Biblioteca pode ser pensada como uma enciclopédia formada por livros, mantendo sua taxonomia do conhecimento junto às suas aspirações iluministas à universalidade. Não deve surpreender esta pretensão, pois, tanto a biblioteca, quanto a enciclopédia oferecem-se como modelos do universo. Isto é, e como tem sido bem sublinhado, no limite, ambas correspondem “ao reatamento da totalidade do Mundo no espaço, limitado de algumas páginas ou estantes; ao esforço (sobre) humano de projecção especular, no lugar infinito da linguagem, da infinitude do Mundo e da cultura” (Pombo, 2011: 178).

O bibliotecário Gabriel Naudé, que no seu *Advis pour Dresser une Bibliothèque* (1627) lançou as bases da biblioteconomia moderna, defendia como modelo ideal uma biblioteca universal não só aberta a todos e de fácil acesso (Masson e Salvan, 1961), mas também que contivesse todos os principais autores que escreveram sobre a grande diversidade dos temas particulares, projeto que tem sido apontado como precursor da biblioteca enciclopédica em germinação (Pombo, 2011: 178). Leitor de Naudé, sabe-se que Leibniz (1646-1716) utilizou o *Advis* quando foi bibliotecário do Duque de Brunswick, em Hanover, e diretor da Biblioteca de Wolfenbüttel (Masson e Salvan, 1961). Na correspondência com Brunswick, o também filósofo, historiador e matemático afirma que “é necessário que uma Biblioteca seja uma Enciclopédia”, no sentido de obediência à sistemática que exige a concatenação de saberes (Pombo, 2011) e, em última análise, a harmonia (pré-estabelecida) do mundo criado do nada por Deus.

Por diferentes caminhos, é conhecido o paralelismo entre Enciclopédia e Biblioteca, vista em autores tão díspares como Leibniz, no século XVIII (Salsano, 2000: 387; Pombo, 2006b), ou em Italo Calvino, no século XX. Na expressão do escritor italiano, “cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objectos, um catálogo de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado, de todas as maneiras possíveis” (Calvino, 2006: 145).

Como pano de fundo destas caracterizações estão aspirações à totalidade e à sistematicidade de índole taxonómica como oferta para uma melhor apropriação dos conhecimentos, tanto teóricos como úteis. Seguindo Alfredo Salsano, a enciclopédia moderna define-se desde a origem pela presença de uma instância de integração totalizante dos conhecimentos de cariz sistemático-classificatória. Porém, se nem uma, nem outra, eram “novas em absoluto” apareceram agora “combinadas numa tensão particular, a mesma que anima o saber contemporâneo” (Salsano, 2000: 380).

A questão tem desdobramentos que não serão aqui desenvolvidos, mas note-se que o fato enciclopédico, difundido nos moldes iluministas, ganhou relevo no século XVIII, também, e não por acaso, a época de elaboração das grandes taxonomias. Na verdade, as mais significativas classificações das ciências são subsidiárias de projetos enciclopedistas, como se detecta em Chambers, em Leibniz, em Diderot e em Kant (Pombo, 2011: 254), assim como na onda classificatória que, no século XIX, teve em Comte a sua tradução mais percuciente.

Em outra vertente, quanto ao tratamento do livro arquivado, é possível encontrar um desenho enciclopédico nas classificações bibliográficas modernas. Salsano traçou ainda paralelos entre novas classificações bibliográficas: “multidimensionais, de não tipo hierárquico-linear”, e a “configuração do saber como uma rede de interligações entre os vários campos para os quais cada objecto é suscetível de múltiplas abordagens” (Salsano, 2000: 380).

Frente a essa diversidade de possíveis, cabe fixar que “a escolha de critérios intencionais é o motor da história das classificações” (Gil, 2000: 99). E, se “conhecer é classificar”, seguindo os preceitos epistêmicos ocidentais, o século XIX levou essa máxima ao mais alto grau de expressão (Catroga, 1996: 120). Associada ao fenómeno da constituição de novos ramos do conhecimento científico (a Biologia, as Ciências Humanas, a Sociologia, a Psicologia) e do aparecimento mais relevante do debate sobre as relações entre a ciência e a técnica, está, de fato, a vertiginosa proliferação de taxonomias. Desde Saint-Simon, Comte, Cournot, Ampère, Alexander Bain, Herbert Spencer, muitos foram aqueles que “recorreram à elaboração de ‘árvores do saber’ com intenções epistêmicas e educativas” (Catroga, 1996: 120),

tornando esta problemática, sobretudo em França, problema central quer da Filosofia antiteológica e antimetafísica, quer no modo como se procurava organizar a diacronia da História das Ciências. Implícita está a ideia de que uma boa taxonomia é condição fundamental para uma boa pedagogia. Nesse sentido, a classificação enciclopédica, como a classificação adotada na biblioteca, no museu, nos currículos escolares e nas comunidades de sábios (Pombo, 2011: 201) foram condicionadas pelas finalidades pedagógicas e emancipatórias que o Iluminismo atribuiu à função social da ciência e do pensamento crítico.

Explica-se, assim, que tenha passado a estar a estar mais subjacente à estruturação de cada biblioteca uma explícita ou implícita taxonomia dos saberes. As possibilidades de organização do conhecimento, mesmo que aparentemente infinitas, dizem sempre muito acerca da ordenação dos saberes prevalecente em cada época, “um saber identificado com a soma dos conhecimentos que se considera adquiridos, quanto mais passíveis de atualização” (Salsano, 2000: 371), como dito para a enciclopédia.

Um outro ponto será aqui sugerido. O desenho enciclopédico combina a figura da árvore do conhecimento (simbologia que vem da Antiguidade Clássica), incluindo suas respetivas hierarquizações e ramificações, com a imagem do círculo, sem início nem fim, sistêmico e fechado, o que abriga a pluralidade a funcionar como um todo. E nesta totalidade na diversidade, a ordem dos conceitos não pode ser confundida com a ordem de enfileiramento dos livros na estante e a sua interpretação como um todo “textual” requer que se faça a hermenêutica da invisível lógica que a estrutura.

Para além de subentenderem classificações, guiadas por critérios intencionais, a materialização dos pares uno/múltiplo, partes/todo na biblioteca inclui a relação entre uma ordem unidirecional, que pode ser acompanhada pelo olhar e manipulado em sequência, e o contínuo multidimensional que é o pensamento. Tensão descrita de modo sugestivo por Shiyali Ranganathan, ao apresentar os desafios do bibliotecário nestes termos: “A set of arranged books form a unidirectional one-dimensional set capable of being followed up by the eyes and handled by the hands in a sequential continuum of thought. Thus library classification is equivalent to a representation of a multi-dimensional continuum in a single dimension” (Ranganathan, 1989: 94).

Por reunir essas diferentes dimensões de modo original e paradigmático, caso exemplar é a *Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg* (KBW), empreendimento do alemão Aby Warburg (1866-1929), historiador da Arte, que se dedicou aos estudos sobre o ressurgimento do paganismo no renascimento italiano (Settis, 2000; Guerreiro, 2006). Em princípios do século XX, em Hamburgo, a KBW transformou-se em polo de atração e de irradiação de um

ambiente intelectual e científico. De biblioteca pessoal como condição de trabalho, transformou-se ela própria na grande obra intelectual do investigador.

Ao invés de seguir as convenções da biblioteconomia, Warburg seguiu seu próprio modo de ordenação dos livros, ao qual chamou “lei da boa vizinhança”. Os livros foram justapostos por associações entre autores e assuntos, “de modo a dar uma enorme pertinência às contiguidades e a criar percursos que recusavam classificações metodológicas rígidas” (Guerreiro, 2006: 526). Ao procurar um livro, o leitor encontraria outro, tão ou mais importante para sua questão inicial do que aquele inicialmente procurado. Como a disposição dos livros se dava em função de uma ordem conceptual, Warburg é levado a constantemente reorganizar sua biblioteca em função de novos percursos, à medida que desenvolvia sua investigação, ideias e intuições. Para Salvatore Settis, esta Biblioteca, que reflete substancialmente o trabalho de seu fundador, “foi concebida como um itinerário mental (*itinerarium mentis*) destinado a conduzir o leitor ao longo de vias determinadas (as questões de Warburg), que não desembocam forçosamente em saídas” (Settis, 2000: 127).

O autor considera que a riqueza e a mensagem da KBW estão “no cruzamento das perguntas que o leitor fazia ao entrar nela com as que, sem as ter resolvido, Warburg canalizou num encadeamento de livros fisicamente perceptível” (Settis, 2000: 127). Também nesse caso, a biblioteca do investigador está simultaneamente a serviço da sua didática e é reinvenção de novas formações totalizantes não aleatórias. Cumpre a finalidade de aproximar o livro de quem dele necessita, mesmo que centrada na ideia de revelar não aquele título que se busca, mas aquele outro, até então desconhecido para o leitor, que se revele adequado ao que este procura. Mas não será esse, com maior ou menor intensidade, um efeito colateral que decorre de todo ato de ler e de manusear uma biblioteca?

O NASCIMENTO DOS INTELECTUAIS

Desde a afirmação do sábio humanista, e passando pelo homem de letras, a biblioteca contemporânea cada vez mais se materializou como o *lugar* de trabalho do protagonista por excelência da reivindicação da autonomia crítica da Razão e como espelho da gradual secularização dos novos agentes da cultura. Isto é, o *tipo* encarnado pelo “philosophe”, ou na linguagem mais oitocentista, pelo “intellectual”. Com efeito, embora sua presença seja detectável em processos e contextos anteriores, é preciso lembrar que esta substantivação somente aconteceu nos finais do século XIX, vinculada aos debates suscitados em França pelo caso Dreyfuss (a partir de 1894). Na verdade, essa foi a

conjuntura em que, sob a liderança espiritual de Émile Zola, se confirmou um reconhecimento mais carismático e mobilizador de um poder simbólico e grupal que o “intelectual” identificava (Charle, 1998).

Para Christophe Charle, nesse momento, deu-se uma alteração que foi mais do que o crescimento quantitativo de uma categoria social, porque teve sobretudo a ver com a formação de uma consciência coletiva elitista, de cunho meritocrático e espiritualista, mas forjada no direito de intervir no debate político (Charle, 2003: 143). Tal configuração associa-se a movimentos de longa duração da história intelectual, que não serão aqui desenvolvidos. No entanto, interessa sublinhar que nos condicionantes que conduziram ao nascimento do intelectual está a formação de uma opinião pública mais alfabetizada, urbana e massificada, assim como o surgimento de um cambiante secularizado e cívica do velho dualismo existente entre *poder espiritual* e o *poder temporal* na cultura ocidental e na sua luta em torno das relações que deveriam presidir ao consórcio da moral com a verdade (Catroga, 2001: 51).

Ao discutir a formação de uma opinião pública filiada a contextos do Absolutismo europeu, Koselleck, com os olhos postos em Kant, afirma que o advento da inteligência burguesa tem como ponto de partida o foro interior privado, ao qual o Estado havia confinado seus súditos. “Cada passo para fora é um passo em direção à luz, um ato do esclarecimento. O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público” (Koselleck, 1999: 49). Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Mesmo quando os cidadãos não detinham nenhum poder executivo, possuíam e conservavam “o poder espiritual do juízo moral” (Koselleck, 1999: 50).

Tal poder é reivindicado pelas elites esclarecidas, em que o homem de letras, o filósofo, transformado depois no intelectual, munido com a autoridade da razão, ou invocando o carácter científico do seu discurso, se apresenta como guia ou porta-voz das sociedades e da própria Humanidade entendida do ponto de vista cosmopolita. Como no caso Dreyfus, Zola e seus amigos intelectuais mobilizaram-se para sensibilizar a opinião pública “em nome da Verdade, da Justiça e da Razão”. Com o termo intelectual – alcunhado, aliás, pelo grupo divergente e com finalidades depreciativas – realiza-se “uma espécie de concretização de um novo sacerdócio, de um novo clero”, agora ao serviço da missão de uma nova educação cívica” (Catroga, 2001: 45).

O intelectual, sobretudo a partir do século XIX, na sociedade moderna ainda não massificada, teve sempre subjacente esta reivindicação: ele aspirava a ser o seu “guia, tal como na Idade Média foi o santo, tal como na Grécia foi o filósofo” (Catroga, 2001: 51). Não está distante dessa ideia a frase do escritor português Sampaio Bruno (1857-1915) segundo a qual o pregador “era

a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser pregador” (Bruno, 2003: 195).

A discussão sobre a função do intelectual, ou ainda a tarefa pública conferida às elites letradas das sociedades europeias, é extensa¹ e se intensifica na primeira metade do século XX. Encarnado na figura do *Clerc*, por Julien Benda ([1927] 2007), ou numa ação bem distinta, no conceito gramsciano de intelectual orgânico, esse debate continuou inseparável dos nexos que devem existir entre verdade, justiça, razão e liberdade de pensamento (Carey, 1992; Boto, 2009; Said, 2000).

Por outra perspectiva, a época de ação dos intelectuais é vista por Peter Burke como uma segunda fase da “República das Letras”, fixada entre os anos de 1850 a 1950 e movidas pelas transformações próprias de seu tempo, particularmente no meio universitário. Foi a época em que “as cartas passaram a ser complementadas por separatas, que se tornaram uma espécie de cartão-de-visita acadêmico, enviado para iniciar e manter relações com colegas estrangeiros” (Burke, 2011: 277).

Esse também foi o momento em que se intensificaram as organizações de congressos nacionais e internacionais (Julliard e Winock, 1996: 306), areópagos mais facilitados quando o navio a vapor permitiu quebrar a barreira transatlântica (década de 1840), tornando possível o intercâmbio de palestrantes entre vários países (Burke, 2011: 284). A chegada do transporte aéreo, conectada à ampliação do letramento e à maior difusão do impresso, bem como à especialização das atividades intelectuais – muitas delas, cada vez mais, de cariz acadêmico nos processos de modernização dos centros urbanos – explica a renovada sobrevivência da velha “República das Letras”, não obstante crescentemente funcionarizada e condicionada por políticas de investigação coletiva e de ensino, ganhando em extensão o que perdeu em individualização e espírito crítico.

A COLEÇÃO COMO BIBLIOTECA: UM CASO PORTUGUÊS

Como se viu por esses distintos caminhos, o livro transformou-se num objeto de consumo já na sociedade oitocentista, ao mesmo tempo que crescia o seu papel como veículo de circulação de ideias e de comunicação. A constituição de um mercado industrial do impresso, a concorrência entre editores, a emergência de novos leitores, os avanços nas técnicas de impressão, favorecendo

1 Como mostra da ramificação do tema entre intelectuais portugueses, italianos, franceses, brasileiros, seguem algumas referências: Figueiredo (1936), Chauí (2006), Beired (1998), Sirinelli (2003).

edições em maior escala e com menores preços, o aumento do acesso das classes médias aos bens culturais, a lenta, mas necessária, educação das classes laboriosas, a reorganização de meios e formas de educação e de cultura, a ampliação da alfabetização e liberalização legislativa da imprensa são elementos não só conjunturais, mas também estruturais e inter-relacionados que condicionaram o aparecimento de uma realidade análoga na sociedade portuguesa (Ribeiro, 1999: 188).

Mesmo com a expansão da cultura impressa, a singularidade de Portugal no contexto europeu no período não pode ser ignorada. Frente aos dados disponíveis sobre analfabetismo e escolarização, entre 1850 e 1950, António Candeias destacou a condição de dupla periferia do caso português tanto em relação aos países com as maiores taxas de alfabetização (o Norte e Centro-Norte europeu), quanto aos próprios limites menos “impregnados” pela cultura escrita (extremos sul, leste e oeste) (Candeias, 2007: 34).²

Livros diferentes passam a ser editados para categorias de leitores diferentes: mulheres, estudantes, religiosos, crianças, viajantes, comerciantes, profissionais. Também com usos distintos, transitando do mundo público ao privado, constituindo bibliotecas familiares, voltados para a organização da vida doméstica, para leituras compartilhadas ou momentos de lazer, incluindo decisivamente as mulheres nas tensões entre o livro proibido e o aconselhável (Vaquinhas, 2010).

Esse alargamento do público leitor passava inevitavelmente por tornar mais barato o acesso à leitura em Portugal (Cunha, 2004). Nesse sentido, edições voltadas para o entretenimento ou vulgarização do conhecimento científico proliferaram e outros critérios passaram a vigorar nesse campo, onde a competição entre livreiros e editores valorizava mais o conjunto do que a obra rara. Na afirmação de Jean-Yves Mollier, o século XIX foi o século dos dicionários, e também das coleções e enciclopédias (Mollier, 2008). Estes integravam as novas estratégias editoriais, novas formas de organização, apresentação e até mesmo reprodução de textos acessíveis a um número maior de leitores.

Os chamados “novos leitores”, em busca de instrução e fruição pela leitura, são o público a ser alcançado pelas coleções e estas não deixaram de explorar o prestígio que o uso do título “Biblioteca” já gozava no seio de camadas menos eruditas. O formato aparece como opção privilegiada para es-

2 Essa caracterização é conhecida em percentuais por Harvey Graff, ao indicar os ritmos desiguais do aumento da alfabetização europeia. Atrás de países como Rússia, Romênia, Bulgária, Grécia e Iugoslávia, Portugal registravam a progressão mais lenta das taxas de alfabetização. Se em 1850, cerca de 15% dos portugueses se declara alfabetizado, em 1900 são 25%. O país chega a meados do século XX com 55% de pessoas alfabetizadas (Candeias, 2007: 34).

tabelecer vínculos e participar da formação de leitores: quer com a edição e organização de almanaques, lançamento de obras em fascículos por assinatura, edição de coleções de livros que perpassam décadas e tornam-se conhecidas de diferentes gerações. Estudos de Manuela Domingos apontam nesse sentido a partir da análise da Biblioteca do Povo e das Escolas, coleção da Casa Editora David Corrazzi em Lisboa (Domingos, 1985), estudada ainda no seu amplo alcance pelo Brasil (Venâncio, 2005).

De modo breve, será destacado um duplo movimento. Por um lado, há a adesão de letrados reconhecidos, intelectuais e escritores, nos seus diferentes modos e perfis, a esses projetos de alargamento e formação do público leitor nas suas variantes literária e científica (Bernardo, 2013). Para o século XIX português, cite-se nomes como os irmãos António e José Feliciano de Castilho, com a coleção *Livraria Clássica Portuguesa*, e Eça de Queiroz como organizador do *Almanaque Enciclopédico* para 1896 e 1897, entre muitos outros (Santos, 1985). Compreende-se que tais projetos carregam a intenção de extrapolar da biblioteca do erudito o conhecimento classificado e selecionado, difundindo a ideia de “biblioteca sem muros” desenvolvida desde o século XVII.

É nos próprios livros que fica explícita essa articulação. Com o evocativo título *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna*, a coleção lançada pela Casa Editora David Corazzi em 1888 anuncia em prefácio o empenho em conseguir chegar “às mãos de todos, constituindo em todas as famílias e em todas as corporações associativas uma encyclopedia consoladora”. Isso porque “apenas um ou outro erudito” teria as condições para ler as obras-primas filhas da “inteligência, do gênio ou do saber” de autores afamados. Enquanto para uns é dispendioso reunir tantos volumes e formar uma biblioteca com as obras em original, para outros, a barreira está na “impossível compreensão da enorme diversidade de línguas”, referindo a ausência de traduções, ou ainda a falta de tempo para se ler tão “extensos e numerosíssimos [sic] volumes de cada autor” (Casa Editora David Corazzi, 1888: 4).

A solução apresentada pela coleção *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna* foi esta: publicar de cada autor “o mais selecto”, “o indispensável a ser conhecido”, combinando leitura abundante, formato portátil, “barateza inextinguível” e obras “menos volumosas e mais amenas”. A seleção dos títulos tinha em conta, ainda, “o gosto literário e a aptidão científica do escriptor que a dirige”. Isso porque a coleção levava a chancela (e em alguns casos o trabalho de tradução) do escritor, crítico, jurista ou poeta que a organiza, responsável ainda por pequenas biografias dos autores selecionados.

Também justificado por preocupações educativas, no caso em relação à classe média e ao ensino secundário, nos finais da década de 1870, o historiador Oliveira Martins lançou o projeto de uma “Biblioteca das Ciências

Sociais”, de caráter não erudito e voltada para um público mais amplo. Mas, ao contrário de outros exemplos citados, não buscou fazer uma compilação de obras ou de autores, pois ele mesmo se propunha escrever todos os livros dessa biblioteca enciclopédica. Na divulgação do plano de volumes, como na análise das obras finalmente publicadas, percebe-se que postulava uma ordenação epistêmica e uma ordem ideal de leitura do que iria publicar (Catroga, 1996: 120).

Sabe-se que, em Portugal, sobretudo nos anos 1870 e 1880, estava na ordem do dia pensar o problema do conhecimento em termos de hierarquização das ciências. Augusto Comte foi o que maior impacto teve, quer devido à difusão de seus preceitos, quer por causa das polêmicas e divergências que a interpretação do seu ideário levantou. E muito embora Oliveira Martins, que tinha como mestre Cournot, se definisse contra o positivismo e discordasse em muitos pontos da classificação comteana das ciências, concordava com a ideia segundo a qual “todos os fenômenos observáveis eram passíveis de serem classificados num pequeno número de categorias naturais, dispostas numa série hierarquizada, em que o estudo de cada categoria se alicerçava no conhecimento das leis da categoria precedente, ao mesmo tempo em que passava a constituir a base para a ciência seguinte” (Catroga, 1996: 120).

Nesse sentido, a Antropologia é indicada por Martins como “prólogo” da vasta obra de sua biblioteca, enquanto ciência social mais geral e menos complexa na sua taxonomia, muito embora a ordenação que sugere não acompanhe a ordem cronológica de publicação dos títulos. Em sete anos, sob a epígrafe “Biblioteca de Ciências Sociais” sairiam os títulos: *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1878), *História da Civilização Ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos de Antropologia* (1880), *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880), *Portugal Contemporâneo* (1881), *As Raças Humanas e as Civilizações Primitivas* (1881), *Da Natureza e Lugar das Ciências Sociais* (1881), *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), *Quadro das Instituições Primitivas* (1883), *O Regime das Riquezas* (1883), *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica* (1884), *História da República Romana* (1885). Vistos no conjunto, no entanto, pode-se captar o desenho de uma biblioteca enciclopédica em construção, que mobiliza livros, autores e leituras numa ordem formada por seu organizador, mas que, a montante, o leitor (ideal) poderia reconstruir.

MODELOS DE BIBLIOTECAS: DO UNIVERSITÁRIO AO AUTODIDATA

A biblioteca do século XIX aumentou em tamanho e volume, com uma oferta incontável de impressos à sua disposição. Foi o momento em que se

desenvolveram, igualmente, as grandes bibliotecas universitárias, se alargou a rede de bibliotecas públicas e se ergueram majestosas bibliotecas nacionais, crescimento que nem sempre foi visto com vantagem pelos homens de letras, tementes dos efeitos negativos da “avassaladora dispersão bibliográfica” (Pombo, 2011: 174).

Em paralelo, frente à necessidade de atualização e especialização do conhecimento, em um momento de consolidação do prestígio moral e cívico do intelectual, assistiu-se à proliferação das bibliotecas mais privadas e personalizadas, com tipologias que também dizem sobre seus usos e seus proprietários, como é o caso da biblioteca do jornalista, do escritor, do investigador, do professor, do universitário, do bibliófilo.

Embora centrados no caso francês, Masson e Salvan sublinham que a biblioteca enciclopédica tende a se diversificar em Oitocentos, período em que se identifica o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e a criação de anexos populares (Masson e Salvan, 1961: 43). Nessa diversificação, não há somente um alargamento dos tipos, mas também uma maior privatização dos acervos.

Por sua vez, a crescente especialização universitária contribui para que docentes investissem na formação da sua própria biblioteca, espaço de acesso mais permanente e íntimo com o livro, onde é possível reunir uma bibliografia direcionada aos temas de investigação, com maior liberdade na escolha dos títulos e mais rápida atualização bibliográfica do que suas alternativas públicas e institucionais, quando existiam. São, em geral, bibliotecas não herdadas, caracterizadas por uma aquisição recente e em função dos interesses pessoais e profissionais.

Um bom exemplo desse fenômeno geral, para o caso português, é a afamada e vasta livraria do casal de eruditos Carolina Michaëlis (1851-1925), primeira mulher lente da Universidade de Coimbra, e Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), professor de línguas do Liceu do Porto. Nos relatos de contemporâneos, muitos dos amigos e investigadores recorriam a essa biblioteca para consulta, quer nas visitas que faziam, quer através da correspondência epistolar, exemplo de nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Sousa Viterbo, Alfredo Pimenta, Joaquim de Carvalho (Delille, 2013: 125).

Descrita como extensa, multilíngue e multidisciplinar, a biblioteca nasceu nos anos de estudante dos futuros investigadores, entre Berlim, Hamburgo e Porto, ampliada continuamente após a fixação de ambos no Norte de Portugal em 1876. Para Manuela Delille, sem desconsiderar a acentuada bibliofilia de ambos, tal motivação deve-se “essencialmente à vontade de coligirem e terem perto de si os indispensáveis instrumentos de trabalho” (Delille, 2013: 125), o que não impediu, neste como em outros casos, a criação de

um elo afetivo com esse espaço tão especial, como testemunha na sua correspondência pessoal, Carolina Michaëlis, alemã, radicada portuguesa “por casamento e devoção”, ao referir-se com apego a “unsere kolossale Bibliothek”, construída durante a árdua vida de trabalho do casal (Delille, 2013: 127).

No mesmo período, a Biblioteca de Oliveira Martins (ou que dela resta) oferece um outro modelo de formação. Diferente dos que tiveram um percurso universitário, o historiador, economista, antropólogo, crítico social e político, cuja ação influenciou gerações da vida intelectual portuguesa, não chegou a completar os estudos liceais por motivos financeiros após a morte do pai. Oliveira Martins (1845-1894) seguiu o caminho do autodidatismo, cuja formação trilhou em coexistência com empregos em casas comerciais (1858-70), como administrador de uma mina na Andaluzia (1870-1874). De volta a Portugal, foi diretor da construção da linha ferroviária do Porto a Famalicão, e depois, administrador da Companhia Ferroviária do Porto (Matos, 1992). Nesse percurso, encontra-se com os jovens cultos de sua geração ao despertar para a vida intelectual pela via da literatura, da história, da política, da filosofia (Catroga, 1996: 117). Lançou-se nas letras a partir do romance histórico (Febo Moniz (Martins, 1867)), experimentando a crítica literária, artística, política e social. Com crescente reconhecimento literário e político, entrou para a Academia de Ciências de Lisboa (1880) quando aprofundava a sua prática de redator na imprensa periódica, quer com a fundação *d'A Província* (1885), no Porto, ou, mais tarde, *d'O Repórter* (1888), em Lisboa.

Sabe-se que o Oliveira Martins leitor (Valik, 1999) combinava a leitura de livros da sua biblioteca particular com frequentes empréstimos e trocas de exemplares entre amigos ou com requisições de obras pertencentes a instituições como a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Sociedade Geográfica Comercial do Porto, depois chamada Biblioteca do Ateneu – entidade da qual foi sucessivamente presidente (1880) –, ou, ainda, a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, empréstimos que nem sempre tiveram retorno (Albuquerque, 2009: 10). No entanto, o conjunto com cerca de 1.600 volumes, adquirido em 1992 pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, oferece núcleos temáticos que formam seu pensamento e, mesmo que com ausências, um volume significativo de leituras vistas na sua escrita e na sua erudição. Ainda à espera de estudos sistemáticos, a Biblioteca Oliveira Martins oferece ao investigador volumes de encadernações com miscelâneas que acionam seu método organizativo, um conjunto de dedicatórias, marginália e núcleos temáticos de publicações que evidenciam gostos e preferências, suas relações pessoais e intelectuais, assim como revelam traços do seu desenho de mundo, indiciando ideias que não estão explícitas na sua escrita.

Do muito que se anotou e riscou num livro ao pouco da presença ou ausência de um autor, tudo em uma biblioteca pessoal aponta para um leitor concreto. Ao resumir a sua própria experiência, o ensaísta Alberto Manguel confessou: “Toda biblioteca é autobiográfica” (Manguel, 2007: 256). A afirmação convida a refletir sobre o modo como os livros revelam possibilidades acerca de quem os reuniu, selecionou e conservou. Tanto por isso, mais seduz a livraria quanto mais interesse desperta seu autor e a própria história daquela coleção. O espaço torna-se espelho, numa representação de quem o criou, ao tempo em que a Biblioteca também foi construindo sua unidade no olhar de quem a investiga.

CONCLUSÃO

Se a biblioteca é por vocação totalizadora, mesmo quando se especializa (pois está sob o imperativo de reunir, não tudo, mas o todo mutável daquilo que importa), a investigação terá de saber quem é que (indivíduo ou instituição) preside a esta organização, classificação e hierarquização do saber que ela visa guardar, e qual o destino dos conhecimentos que acumula. Claro que as respostas não poderão ignorar as mediações autobiográficas de quem as criou e alimentou, assim como as hegemonias epistêmicas que fundamentaram, pelo menos desde a Antiguidade, as “árvores do saber” e as suas respectivas aplicabilidades técnicas e sociais.

Com efeito, é um fato que, quando, na Europa, surgiu o novo paradigma de ciência moderna e de liberdade de pensar (Descartes, Locke, Espinosa), os “homens de saber” ou “homens de letras” também beneficiaram da ampliação dos meios de transporte e de comunicação. Foi aí que, como veremos, nasceu o sonho cosmopolita da “República das Letras” e cresceu o comércio do livro. Por sua vez, neste processo, com o Iluminismo, aumentou o peso das bibliotecas régias e do convívio dos monarcas com os “philosophes”, e medraram as Livrarias dos grandes senhores e as das nascentes Academias. Ao mesmo tempo, também ganhou maior relevo o cultivo de um tipo de correspondência que, como tecedeira de contatos, formais ou informais, irá possibilitar uma maior ramificação internacional da circulação de ideias através da carta, mas também de livros. Não por acaso, foi no chamado século das Luzes que se consolidou o ideal enciclopédico do saber – que as grandes bibliotecas espelharão –, em consórcio com o cosmopolitismo e com a luta pela liberdade de consciência e de crítica.

Daqui se associou, igualmente, quer o renascimento das estruturas universitárias europeias e das suas infraestruturas bibliotecárias, quer o

alargamento das redes públicas de leitura, quer uma maior domiciliação do acesso ao livro, quer, ainda, uma mais intensa propagação de bibliotecas privadas e mais especializadas. A “República das Letras” povoou-se com a crescente consagração do “intelectual”, e o livro, nos melhores casos depositado em bibliotecas privadas (faceta muito forte no meio universitário), atingiu o seu apogeu como marca d’água por excelência da consagração do novo clerc da sociedade secularizada.

Por outro lado, ao interrogar as bibliotecas como “obra” e como “fonte”, nelas encontrámos reflexos de concepções de cultura, de saber e de memória decorrentes dos papéis sociais e simbólicos que encarnaram no tempo em que nasceram, cresceram, morreram, cumprindo uma vocação em que, muitas, de bibliotecas-vivas, passaram a ser bibliotecas-definitivas, paradas na história como um “documento” da época e de quem as criou e delas se serviu. De onde ser relevante compreendê-las nestas metamorfoses.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Martim de. 2009. “Introdução”, em *A Biblioteca de Oliveira Martins*, editado por Biblioteca Geral da Universidade, 7-21. Lisboa: Guimarães editores.
- Araújo, Ana Cristina. 2003. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Beired, José Luís Bendicho. 1998. “A Função Social dos Intelectuais”, em *Gramsci: a Vitalidade de um Pensamento*, organizado por Alberto Aggio, 121-132. São Paulo, Unesp.
- Benda, Julien. (1927) 2007. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto.
- Bernardo, Luís Miguel. 2013. *Cultura Científica em Portugal. Uma perspectiva histórica*. Porto: Universidade do Porto.
- Boto, Carlota. 2009. “Traição dos intelectuais: um tema nosso contemporâneo”. *Revista USP* (80): 162-171.
- Bots, Hans y Françoise Waquet, ed. 1994. *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*, Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press.
- Bots, Hans y Françoise Waquet. 1997. *La République des Lettres*. Paris, Bruxelles: De Boeck/Belin.
- Bruno, José Pereira de Sampaio. 2003. *Portuenses Ilustres*, vol. II. Porto: Caixotim Edições.
- Burke, Peter. 2003. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Burke, Peter. 2011. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Estudos Avançados* 25: 277-288. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000200021>
- Calvino, Italo. 2006. *Seis propostas para o próximo milénio*. Lisboa: Teorema.

- Candeias, António, dir. e coord. 2007. *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carey, John. 1992. *The Intellectuals and the Masses: Pride and Prejudice Among the Literary Intelligentsia 1880-1939*. Londres: Faber & Faber.
- Casa Editora David Corazzi. 1888. “Prefácio geral da Bibliotheca Universal Antiga e Moderna”, em *Viagem à roda do meu quarto*, de Xavier Maistre, versão de Fernandes Costa, coleção Bibliotheca Universal Antiga e Moderna, 3-4. Lisboa: Casa Editora David Corazzi.
- Catroga, Fernando. 1996. “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, em *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, coordenado por Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, 117-159. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Catroga, Fernando. 2001. “As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à *Seara Nova*”, em *Seara Nova. Democracia/Razão/Europa*, 41-60. Porto: Campo das Letras.
- Catroga, Fernando. 2010. “Republicanismos”. *Revista Biblos* 2ª série VIII (Coimbra): 11-71.
- Charle, Christophe. 1998. *Naissance des intellectuels: 1880-1900*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Charle, Christophe. 2003. “Nascimento dos intelectuais contemporâneos”. *História da Educação* (14): 141-156. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225/pdf>
- Chauí, Marilena. 2006. “Intelectual Engajado: uma Figura em Extinção?”, em *O Silêncio dos Intelectuais*, organizado por Adauto Novaes, 19-43. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunha, Maria do Rosário. 2004. *A inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina.
- Curto, Diogo Ramada. 2003. “Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal”, em *Bibliografia da História do Livro em Portugal*, coordenado por Diogo Ramada Curto, 11-49. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Delille, Maria Manuela Gouveia. 2013. “A biblioteca particular de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos. Breve história e principais núcleos temáticos”, em *Tratar, Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares*, coordenado por Vanda Anastácio, 125-137. Lisboa: Banco Espírito Santo/Centro de História.
- Diderot, Denis e Jean le Rond D’Alembert. 1751. “Discours Préliminaire des Éditeurs”, em *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t.1º, 1-45. Paris: Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50533b/f3.image.langPT>
- Domingos, Manuela D. 1985. *Estudos de sociologia da cultura. Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- Figueiredo, Fidelino. 1936. *Problemas de ética do pensamento. O dever dos intelectuais. Lições proferidas em 28 e 29 de janeiro de 1936*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Gil, Fernando. 2000. “Classificações”, em *Enciclopédia Einaudi, Conhecimento* (41), editado por Ruggiero Romano y Fernando Gil, 90-110. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Grésillon, Almuth. 2011. “Ler para escrever”. *Escritos, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa* 5 (5) (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa): 7-22.

- Guerreiro, António. 2006. “A Biblioteca Warburg. Entre o Labirinto e o Hipertexto”, em *Enciclopédia e hipertexto*, organizado por Olga Pombo, António Guerreiro y editado por António Franco Alexandre, 524-535. Lisboa: Duarte Reis, 2006.
- Julliard, Jacques y Michel Winock. 1996. *Dictionnaire des intellectuels français*. Paris, Seuil.
- Koselleck, Reinhart. 1999. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Contraponto.
- Leandro, Sandra. 2015. *Joaquim de Vasconcelos, Historiador, crítico de arte e museólogo: uma ópera*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Manguel, Alberto. 2007. *La biblioteca de noche*. Madrid: Alianza Literaria.
- Martins, Oliveira. 1867. *Febo Moniz: Romance Histórico*. Porto: Tip. Comercial.
- Masseau, Didier. 1994. *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Masson, André y Paule Salvan. 1961. *Les Bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France. <http://www.enssib.fr/>
- Matos, Sérgio Campos de. “Oliveira Martins”. *Site do Instituto Camões*. <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/oliveira-martins.html>
- Matos, Sérgio Campos de. 1992. “Na gênese da teoria do herói em Oliveira Martins”, em *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, 475-504. Lisboa: INIC.
- Mollier, Jean-Yves. 2008. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mota, Isabel Ferreira da. 2005. “Sociabilidade e comunicação na república das letras: um estado sem fronteiras?”. *Revista de História das Ideias* (26): 585-597.
- Pereira, Miguel Baptista. 1990. *Modernidade e Tempo: Para uma leitura do Discurso Moderno*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Pombo, Olga. 2011. *Unidade da Ciência. Programas, figuras e metáforas*. Lisboa: Gradiva.
- Pombo, Olga. 2006a. “O hipertexto como limite da idéia de enciclopédia”. *Enciclopédia e hipertexto*, organizado por Olga Pombo, António Guerreiro y editado por António Franco Alexandre: 266-301. Lisboa: Duarte Reis.
- Pombo, Olga. 2006b. “Leibniz and the Encyclopaedic Project”. *Enciclopédia e hipertexto*, organizado por Olga Pombo, António Guerreiro y editado por António Franco Alexandre: 252-265. Lisboa: Duarte Reis.
- Ranganathan, Shiyali Ramamrita. 1989. *Philosophy of Library Classification*. Bangalore, India: Sarada Ranganathan. Endowment for Library Science. <http://arizona.openrepository.com/arizona/handle/10150/105278>
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares. 1999. “Livros e Leituras no século XIX”. Separata da *Revista de História das Ideias* 20 (Coimbra: Faculdade de Letras).
- Rosa, Mario. 1994. “Un “médiateur” dans la République des Lettres: le bibliothécaire”, em *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*, editado por Hans Bots y Françoise Waquet, 81-117. Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press.
- Said, Edward W. 2000. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Colibri.
- Salsano, Alfredo. 2000. “Enciclopédia”, em *Enciclopédia Einaudi. Conhecimento* (41), editado por Ruggiero Romano y Fernando Gil, 369-432. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 1985. "As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)". *Revista Análise Social* XXI (86): 187-227.
- Settis, Salvatore. 2000. "Warburg continuatus. Descrição de uma biblioteca", em *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*, dirigido por Marc Baratin y Christian Jacob, 108-154. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- Sirinelli, Jean-François. 2003. "Os intelectuais", em *Por Uma História Política*, organizado por René Rémond. Rio de Janeiro: FGV.
- Vakil, Abdool Karim. 1999. "Leituras de Oliveira Martins. História, Ciências Sociais e Modernidade Económica". *Revista da Universidade de Coimbra* (38): 47-81.
- Vaquinhas, Irene. 2010. "Perigos da leitura no Feminino. Dos livros Proibidos aos aconselhamentos (séculos XIX e XX)". *Revista Ler História* (59): 83-99.
- Venâncio, Giselle Martins. 2005. *Lisboa - Rio de Janeiro - Fortaleza: Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Wauet, Françoise. 1989. "Qu'est ce que la République des Lettres? Essai d'analyse sémantique", em *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 147, 473-502.

Para citar este texto:

Dias, Débora. 2019. "A longa "República das Letras" e o século dos intelectuais: notas para a história das bibliotecas no Ocidente". *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información* 33 (81): 157-178.

<http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.81.58065>